

Processos nº. 10382/2024 – 3/2024.

Data: 25/04/2024

Folha: nº 14

Rubrica

De: Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Para: Procuradoria-Geral do Município

Sr. João Figueiró

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.041/2024

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por este dar nosso parecer acerca do pedido de impugnação, da empresa **MULLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, do pregão eletrônico nº 90.041/2024 marcado para 29/04/2024 às 10:00 horas.

A impugnante é interessada em participar desta licitação, mas o edital especifica que o motor da retroescavadeira seja da mesma marca do equipamento. Com isso, se viu prejudicada que a restringe em participar no certame, além de imputar ilegalidades.

Reconhecemos a tempestividade da presente impugnação, tendo em vista o atendimento o item 22.1 do edital que poderá ser no prazo de até 3 (três) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública.

A licitação é um procedimento administrativo, formado por uma série de atos sucessivos coordenados, destinada, de um lado, atender ao interesse público, e de outro, a garantir a legalidade, de modo que os licitantes possam disputar entre si o objeto da licitação.

Os agentes públicos devem nortear suas ações tendo como premissa fundamental o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública. O mandatário do Município e seus servidores, possuem a prerrogativa da discricionariedade na definição e determinação dos bens e serviços que pretendem contratar, com o intuito de atender o interesse público.

O Artigo 5º da Lei 14.133/21, trata dos princípios constitucionais que devem ser respeitados nas contratações públicas. Citamos o conteúdo do Artigo:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da Lei n 11 o 14.133/2021 razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da

celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.”

A seleção de proposta mais vantajosa, do interesse público e da economicidade citada no Art. 5º, reforça o poder de discricionário do agente público quando caracteriza o equipamento adequado às necessidades do serviço público. Não é uma faculdade descrever corretamente a máquina pretendida pela Administração e sim um dever previsto na Lei nº 14.133/21 – **CAPÍTULO IV – Dos Agentes Públicos do Artº 7º ao 10º.**

De certo, descrever uma restroescadeira e dizer o seu preço, diante da grande quantidade de marcas e modelos, especificidade, utilidade, procedência (nacional ou estrangeira), existentes no mercado, sem verificar qual é a mais adequada e adaptada às necessidades da Prefeitura.

A exigência de uma máquina com as características descritas no Edital, não se apresenta arbitrária e discriminatória, pois plenamente justificada pela necessidade desta máquina ao interesse público.

Assim, em momento algum está a administração ferindo o princípio da igualdade, mas sim, atendendo a outros princípios constitucionais, qual seja, o da eficiência, vantajosidade, dentre outros.

Em relação ao interesse público, é vital que a assistência técnica preventiva seja feita rigorosamente, a fim de manter o equipamento em funcionamento e sejam evitadas ao máximo, as paradas mecânicas e em consequência transtornos nas estradas.

É fundamental, também, que essa assistência técnica preventiva, corretiva e em garantia seja feita pelo fabricante do equipamento, de forma a manter o padrão de qualidade e todas as vantagens logísticas de ter-se um só responsável por essa manutenção. Evitando-se riscos de não assunção de responsabilidades técnicas por terceiros que não o fabricante do equipamento.

A vantajosidade do motor ser da mesma marca do fabricante da máquina, é a garantia do motor, em caso de pane, falhas e outras intercorrências que podem acontecer com o motor, quem será o responsável pela garantia do motor? O fabricante do motor ou da máquina?

A importância de um motor da mesma marca do fabricante da máquina, objetiva buscar a aquisição de um conjunto com funcionamento harmônico entre motor e demais componentes da máquina, evitando montagens inapropriadas, e dificuldades de peças e componentes.

Importante informar que todos os principais fabricantes de equipamentos e, também, das restroescavadeiras, fabricam seus próprios motores diesel, são eles: **CATERPILLAR, JOHN DEERE, JCB, NEW HOLLAND E CASE.**

Embasamos nosso interesse em um equipamento com o motor da mesma marca, ao fato de termos uma máquina, com motor diferente da máquina, que está quase em desuso por falta de peças e assistência técnica próxima ao nosso Município.

Desta forma, **o fato de a empresa não possuir o produto nas condições exigidas pelo Edital, não significa que está sendo violada a isonomia ou que seu reclame possui respaldo.** E não é o caso de modificação do Edital, pois a Administração Pública tem discricionariedade e sabe da



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROCESSO Nº:	10384/2024
DATA:	25/04/24
RECEBIDA:	P

oportunidade e conveniência em adquirir o equipamento para atingir seus objetivos, que é o serviço público de interesse da coletividade.

O fato de empresa não possuir o equipamento com as características determinadas no Edital, isso não importa em dizer que a licitação está direcionada, como que fazer crer. Até porque, outras licitantes, de renome nacional e internacional, possuem tal equipamento com o motor da mesma marca do fabricante.

Ressaltamos a importância e o dever da Administração Municipal em descrever minuciosamente o equipamento que vai adquirir, para não causar prejuízos ao erário.

Pelo exposto, nos manifestamos no sentido de que se deve manter as características da retroescavadeira, apresentadas no Edital de Pregão eletrônico nº 90.041/2024 marcado para 29/04/2024 às 10:00 horas, visto que atendem o interesse público, com o recebimento da Impugnação formulada pela empresa **MULLER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, para no mérito não acatar as razões esposadas e pelo prosseguimento do certame licitatório.

Atenciosamente,

Jubher Lima

Subsecretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Jubher C. de Lima
Subsecretário de Agricultura
e Desenvolvimento Rural
PMNF - Mat. 63.589